

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO FRENTE AO AGRONEGÓCIO

MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS (MST) AND THE CREATION OF PRODUCTION ALTERNATIVES IN THE FACE OF AGRIBUSINESS

Maísa Maria Baptista Prates do AMARAL* 

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a forma como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se organizado e atuado para criar alternativas de produção que se contraponham ao modelo do agronegócio, aqui entendido como expressão do neoliberalismo no campo. A partir de uma revisão bibliográfica demonstramos como o neoliberalismo em sua face mais atual intensifica as relações sociais de produção do campo, caracterizadas pela concentração de terras e pela desigualdade social, modificando inclusive essas características, as tornando mais intensas e, por sua vez, mais funcionais ao capital. Demonstramos, assim, que a construção de alternativas de produção, comercialização e financiamento, exemplificadas por algumas experiências que vêm sendo colocadas em prática por camponeses organizados no MST nos últimos anos, são fundamentais para a permanência do campesinato de forma digna, no campo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Agronegócio. Questão agrária. Alternativas. MST.

Abstract: This article presents how the Landless Rural Workers Movement (MST) has been organized and acted to create production alternatives as opposed to the agribusiness model, which we understand as an expression of neoliberalism in the countryside. Based on a bibliographical review, we demonstrate how neoliberalism in its most current facet, intensifies the social relations of rural production, characterized by land concentration and social inequality, even modifying these characteristics, making them more intense and, in turn, more functional to capital. We demonstrate, therefore, that the construction of production, commercialization and financing alternatives, exemplified by some experiences put into practice by peasants organized in the MST in recent years, are fundamental for the permanence of the peasantry dignified in the countryside.

Keywords: Neoliberalism. Agribusiness. Agrarian question. Alternatives. MST.

Submetido em 13/04/2023. Aceito em 14/04/2023.

* Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Política Social e Doutoranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, atualmente em doutorado sanduíche na Lingnan University, em Hong Kong. O presente trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES. E-mail: maisa_baptista@hotmail.com



Introdução

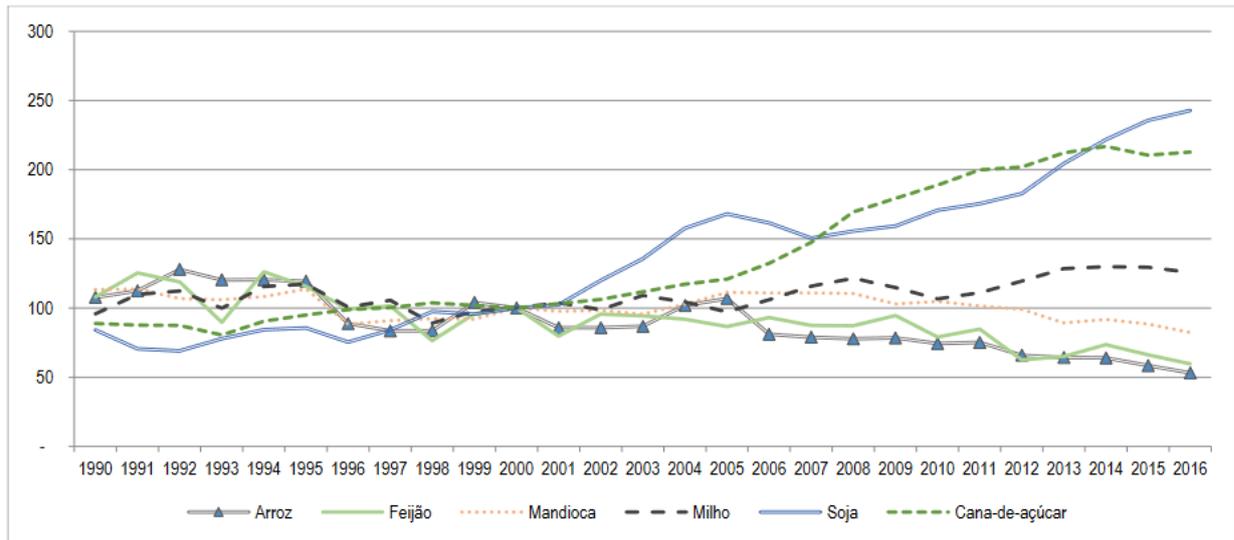
Ao falar da questão agrária no Brasil precisamos falar do ontem e do hoje. Apesar de ser um tema de enorme relevância atual e de grande impacto na vida de todos, as bases que fundamentam essas questões estão fincadas no grande latifúndio e na desigualdade. Apesar das consideráveis mudanças ocorridas no campo brasileiro, principalmente durante o século XX, ainda podemos remontar as origens da desigualdade e da pobreza na concentração de terras, estabelecida a mais de cinco séculos com a invasão dos portugueses. Portanto, destacamos que a industrialização brasileira no que ficou conhecido como a fase da industrialização restringida, que vai de 1933 a 1955, significou um profundo esforço de industrialização a partir da substituição de importações, estabelecendo um novo papel para o campo brasileiro, que perdeu a centralidade do ponto de vista da dinâmica econômica, que passa a ser capitaneada pela indústria e pela renda interna. Nesse período, a resposta para essa mudança e a consequente perda de lucratividade dos latifundiários, não se traduziu em uma modernização das relações no campo. Ao contrário, isso significou o “recrudescimento de formas pretéritas de organização e exploração do trabalho” (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 223). Além disso, com o aumento da industrialização e da demanda por bens-salário, houve a expansão das fronteiras agrícolas e com elas, a expansão dessas relações arcaicas de trabalho.

A agricultura cumpriu então, segundo Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), um papel fundamental para a expansão desse sistema industrial enquanto fornecedora de alimentos básicos que, produzidos sobre condições de trabalho precárias, permitiram também o barateamento da força de trabalho assalariada urbana e o fornecimento de uma massa de trabalhadores oriundas do campo. Nesse processo, o latifúndio ocupou um papel fundamental que perdurou ao longo das décadas seguintes, servindo como base para a modernização conservadora do campo. Os anos 1960 e 1970 trouxeram muitas mudanças promovidas pelas reformas econômicas capitaneadas pelos governos militares. Entretanto, a modernização da agricultura significou a derrota de qualquer pretensão de reforma agrária.

Assim, esses elementos constitutivos da concentração de terras e da perpetuação da desigualdade no Brasil se aprofundaram nos anos 1980 e 1990. Conforme destacam Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), desde os anos 1990 tem havido um expressivo ganho de produtividade do setor agrícola, com aumento da área cultivada de soja, que entre 1990 e 2010 aumentou de 11.487.303 para 23.290.696 hectares, assim como o aumento do número de cabeças de gado, que de 13.374.663 em 1990 passou para 27.974.982 em 2009, e de aves abatidas que, no mesmo período passou de 962.029.422 para 4.776.233.239. Ao mesmo tempo, houve pouca ampliação de lavouras voltadas para o consumo interno como o milho, o arroz, o feijão e o trigo, indicando que a incorporação de novas terras para cultivo ou a reconversão das antigas ocorreu no sentido de uma especialização nos gêneros agrícolas com preços determinados no mercado internacional, as *commodities*, no que os autores chamam de “primarização” da economia. Tendência que segue se

aprofundando, conforme podemos observar nos dados sistematizados por Michelotti e Siqueira (2019) no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Brasil: Crescimento da área colhida de culturas vegetais, 1990-2016, em hectares (2000 = 100)



Fonte: MICHELOTTI; SIQUEIRA, 2019.

Conforme podemos observar, a partir de 2000 se tem um crescimento das áreas colhidas de milho (25,8 %), cana-de-açúcar (112,8 %) e soja (142,8 %). Ao mesmo tempo, temos a redução da área colhida das principais culturas alimentares do país como o arroz, que diminuiu em 47%, de feijão, em 40,4% e de mandioca, em 17,7% (MICHELOTTI; SIQUEIRA, 2019).

Entendemos, então, que todos esses são aspectos importantes para a consolidação do neoliberalismo no campo brasileiro tanto nas relações de produção quanto nas de trabalho. Uma das faces dessa consolidação é o agronegócio, que desde os anos 1990 vem aprofundando essas relações desiguais, mas com características novas e mais perversas. Nesse sentido, trabalharemos nesse artigo com a definição de agronegócio trazida por Campos (2011, p. 22), na qual o agronegócio é compreendido como:

Uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais.

A partir desses apontamentos, procuramos trazer nesse artigo as diversas formas como a neoliberalização vem transformando essas relações no campo brasileiro. Para isso, nos propomos a fazer, inicialmente, uma breve contextualização e caracterização do neoliberalismo a partir de fins dos anos 1970 e as mudanças acarretadas na configuração política e econômica mundial. No segundo momento, trazemos

os impactos dessas relações no agrário brasileiro e o as mudanças na forma de organização do trabalho e da produção no país. Na parte final do nosso artigo, apontamos algumas das consequências desses processos para a organização do campesinato e algumas alternativas que vêm sendo colocadas em prática pelos camponeses organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos últimos anos.

1. Os aspectos do capitalismo contemporâneo: neoliberalismo, precarização, financeirização

Ao falar da neoliberalização e os aspectos que assume na atualidade, procuramos destacar os processos de organização do trabalho que vêm se desenvolvendo de forma ainda mais específica ao longo das primeiras décadas do século XXI. Duménil e Levy (2005) delimitam o surgimento do neoliberalismo no final década de 1970, a partir da decisão do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), liderado por Paul Volcker, de elevar a taxa de juros na tentativa de diminuição da inflação interna, transferindo os custos para os outros países, do centro e da periferia. Os autores denominam esse ato de golpe de 1979, justamente por ter sido uma ação de violência política contra os países tanto do centro quanto da periferia, tendo como consequência o controle dos salários, a erosão gradual dos sistemas de proteção social, além de ter causado uma onda de desemprego, diminuição do crescimento, crises recorrentes, principalmente nos países periféricos, deslocalização das empresas, elevação das tensões internacionais e um novo militarismo. Assim, ao falar do neoliberalismo, é importante destacar que este se espalha por todos os aspectos da sociedade, não ficando restrito somente ao plano econômico. Para Harvey (2008), o neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria de práticas político-econômicas segundo a qual o bem estar do ser humano passa pela promoção da liberdade, que passa pela promoção da liberdade para o exercício das capacidades empreendedoras individuais que têm como base a propriedade privada e os livres mercados e livre comércio. Assim, segundo essa teorização, o papel do Estado se resume apenas ao de mantenedor dessa liberdade.

Há, portanto, uma profunda ruptura com o processo anterior, chamado de “os trinta anos gloriosos”, período em que, principalmente nos países centrais, o papel do Estado, por conta de condições conjunturais específicas, esteve alargado. A partir dos anos 1970 houve uma acolhida ao neoliberalismo no pensamento e nas práticas político-econômicas ao longo de todo o globo¹, significando a desregulamentação, privatização e diminuição da atuação do Estado na área do bem estar social (HARVEY, 2008). Destacamos que, esse processo de espraiamento do neoliberalismo não se deu apenas no campo político-econômico. Sua hegemonia se deu também através de mudanças no modo de vida e de pensamento das pessoas. Segundo Harvey (2008, p.13)

¹ Sobre isso, destacamos o fundamental papel de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Para maior aprofundamento, ver Harvey, 2008.

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita ‘destruição criativa’, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração.

O neoliberalismo, portanto, não se resume às práticas políticas e econômicas. Para Duménil e Lévy (2004), essa caracterização precisa levar em conta que este se apresenta como uma fase do capitalismo que possui características específicas que vão determinar uma série de transformações que se influenciam mutuamente: transformações técnicas, de rentabilidade, de estruturas de classe, de formas de poder estatal, do quadro do poder institucional, etc. Ou seja, para os autores, o neoliberalismo, mais do que existir enquanto uma ideologia, é uma fase do capitalismo que possui características específicas sobre todos esses pontos. Entretanto, o que define mesmo o neoliberalismo enquanto tal é a reafirmação do poder de classe, correspondendo ao retorno do poder da finança² depois de um período de perda de hegemonia. Isso significa também uma mudança nas classes sociais, decorrente da modificação na forma de propriedade dos grupos empresariais. De propriedade individual das famílias e gestado por elas, passam a ser de propriedade financeira das sociedades e gestadas por uma nova figura: os administradores.

Além disso, ao trazer o neoliberalismo enquanto uma fase do imperialismo, os autores (DUMÉNIL; LÉVY, 2005) apontam para a supremacia dos Estados Unidos enquanto nação hegemônica no estabelecimento de uma dominação que se dá em um duplo aspecto: entre o país dominante e os outros membros do grupo e entre os países imperialistas e os outros dominados, configurando uma hierarquia de poderes, onde o mais forte explora o mais fraco. Assim, em um mundo neoliberal e imperialista, os EUA continuam a desempenhar um papel central. Isso se dá sob vários aspectos: através da atuação das empresas transnacionais e multinacionais que continuam vinculadas ao país de origem, tanto pela sua propriedade quanto pelo fluxo de renda.

Sobre essa questão, Nakatani e Marques (2020) falam de um retorno do capital portador de juros que se desdobra na onisciência deste em suas várias formas, especialmente na sua forma fictícia, que tem tornado a realidade cada vez mais financeirizada, se exprimindo em todas as formas de relações econômicas e sociais a nível global. Os autores destacam que esse retorno se deu quando as bases para a reprodução ampliada do capital, vigentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, passaram a se esgotar. Nos Estados Unidos da década de 1960 e na Europa da década de 1970 houve uma diminuição da taxa de produtividade enquanto os salários se mantiveram em ascensão. O que resultou na queda da taxa de lucro e na inibição dos investimentos. Diante dessa situação e da crise que se seguiu, houve o fechamento de empresas e de bancos e a volta do desemprego, o que propiciou a volta do pensamento liberal em detrimento das políticas

² Os autores fazem uma distinção entre finanças e setor financeiro. Para eles: “Denominamos finança a fração superior das classes capitalistas e as instituições onde se concentra sua capacidade de ação. Note-se que, nessa definição, é preciso distinguir a finança do setor financeiro. Por um lado, a finança reúne uma fração de classe e instituições financeiras. Por outro, essas instituições financeiras [...] compreendem igualmente instituições como os fundos de pensão e o banco central, que têm funções e modo de funcionamento diferentes por exemplo, dos de outros bancos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 87)

keynesianas. Assim, o que se tem é um retorno ao liberalismo, em sua fase mais acabada, o neoliberalismo, enquanto princípio norteador da política macroeconômica e sobre o papel do Estado.

A retomada dessas ideias liberais e o retorno do capital portador de juros significaram um retorno ao aumento da taxa de lucro liderada não pelo lucro oriundo da produção e da comercialização, mas pelo derivado das aplicações em ativos financeiros, facilitados pela desregulamentação que deu origem à expansão desenfreada do capital fictício e pelo aumento do grau de exploração dos trabalhadores decorrente da mundialização do capital. Uma das consequências, portanto, é a redução dos salários reais e a piora nas condições de trabalho, que se expressam no aumento da jornada de trabalho dos ocupados e no aumento da taxa de desocupação decorrente da introdução de máquinas e equipamentos da microeletrônica e de novas formas de organização do trabalho (NAKATANI; VARGAS, 2020). Sobre esse processo e as mudanças que acarretam na configuração da produção e do trabalho, destacamos que,

A incorporação da lógica imediatista do capital fictício no interior das empresas tem, é claro, grande reflexo sobre o nível de emprego e renda dos ocupados. Isso porque, ao retroalimentar a tendência de níveis baixos de investimento produtivo, ao provocar fechamento de filiais e/ou departamentos e ao incentivar a deslocalização das empresas, não só mantém elevado o nível de desemprego como pressiona a redução dos salários (NAKATANI; MARQUES, 2020, p. 85).

Sobre esse assunto, trazemos também a análise feita por Virgínia Fontes (2020) sobre a uberização³ do trabalho no capitalismo contemporâneo e as contradições sobre o que é apresentado como liberdade, que seria encontrada fora do emprego, e o contraste com a sujeição cotidiana dos trabalhadores diante de empregos cada vez mais precarizados. A falta de emprego formal para grande parte da população a nível mundial, resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo, aparece enquanto um estímulo ao empreendedorismo, como uma crescente necessidade de formação dos trabalhadores para se tornarem aptos à empregabilidade, um crescente estímulo à participação e engajamento dos trabalhadores, que muitas vezes são chamados de “colaboradores”, nas empresas em que estão empregados, etc, em um contexto em que há cada vez mais trabalhadores capazes e cada vez menos postos de trabalho. Nesse sentido, essas contradições são exploradas cada vez mais pelo capital através da subordinação direta, sem a mediação do emprego, dos trabalhadores ao capital, seja através de terceirizações, das diversas modalidades de empreendedorismo, do trabalho em domicílio e da própria uberização do trabalho, relação através da qual o capital transfere para o trabalhador todo o custo do seu próprio trabalho, inclusive dos meios de produção, mas com aparência de uma relação jurídica entre iguais. Nesse sentido, o papel do Estado se torna fundamental para a garantia da reprodução do capital, seja apoiando ou ampliando suas condições de expansão, seja arcando com os custos da contenção dessas contradições ou até mesmo na contenção dessa massa de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital.

³ Este termo se refere às relações de trabalho sem vínculo empregatício, mas com subordinação direta dos trabalhadores ao capital, muitas vezes de forma precária. Para maior aprofundamento ver Fontes, 2020.

Ao tratar da uberização do trabalho, Virgínia Fontes (2020) destaca que essas relações se dão em diferentes ramos de atividades e através de diferentes modalidades de trabalho. No campo, por exemplo, a autora cita a relação entre pequenos proprietários e as grandes empresas agroindustriais, em que atividades como a engorda de animais como porco e frango e o fornecimento de ovos ficam a cargo dos pequenos proprietários que devem ainda assegurar os meios de produção e as instalações exigidas pelas grandes empresas agroindustriais. Nesse processo, são as grandes agroindústrias que determinam, por exemplo, tanto o processo de trabalho como o tempo de sua realização e os insumos que devem ser utilizados.

Portanto, apesar de concordar com a autora sobre a precariedade desse tipo de vínculo, discordamos da comparação que esta faz em relação a esse processo de trabalho e a uberização. Para nós, fica claro que a integração dos pequenos proprietários às grandes agroindústrias faz parte de um processo mais amplo de modernização do campo brasileiro e da consequente penetração do capital estrangeiro no campo a partir do final do século passado (CHRISTOFFOLI, 2012). Ou seja, no Brasil, o desenvolvimento e a expansão do agronegócio é uma das faces do neoliberalismo, inclusive sob a forma das grandes agroindústrias e da consequente subordinação dos pequenos proprietários a essa lógica precarizada. Além disso, estreita relação entre a expansão do agronegócio e o estabelecimento do seu modelo produtivo com a utilização de grandes extensões de terra e uma alta mecanização do trabalho, com a expulsão de contingentes cada vez maiores de trabalhadores e trabalhadoras do campo, que passam a compor essa massa de trabalhadores urbanos precarizados, subordinados ao capital.

2. O agronegócio: face do neoliberalismo no agrário brasileiro

O fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 significou a adoção por parte dos países latino americanos das práticas neoliberais. Ao falar do Brasil, destacamos que o neoliberalismo trouxe também mudanças significativas no campo. Essas mudanças de fins do século XX se somam aos aspectos da modernização conservadora desenvolvidos a partir de meados da década de 1960, aprofundando a concentração de terras na forma dos grandes latifúndios e da precarização das relações de trabalho e de produção envolvendo pequenos agricultores e grandes agroindústrias. A modernização conservadora que teve início na década de 1960 no Brasil teve como característica principal a manutenção das bases do desenvolvimento rural. O Estatuto da Terra de 1964, resposta dada pela ditadura militar às mobilizações populares em torno na questão agrária da década de 1950, segundo Pereira e Alentejano (2012), foi mais uma Lei de Desenvolvimento Rural do que propriamente uma proposta de Reforma Agrária.

Dentre as mudanças promovidas nos moldes da modernização conservadora, citamos a promoção, por parte da ditadura militar, de políticas públicas que beneficiaram de forma direta os grandes produtores, tais como: a concessão de crédito subsidiado para a agricultura patronal, beneficiando sobretudo os grandes produtores da região centro-sul do país e favorecendo o cultivo voltado para a exportação; incentivo fiscal para a compra de grandes extensões de terra para os empresários urbanos; subsídios e incentivos fiscais que

estimularam a instalação de capitais privados, nacionais e internacionais, sobretudo em territórios como a Amazônia, o nordeste e o centro-oeste, entre outras. Como consequência disso, ao longo da década de 1970 houve uma expansão significativa do capital e do monopólio privado sobre terras públicas, processo que teve como mediador o Estado (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012).

Outro aspecto importante da modernização conservadora no campo foi o desenvolvimento dos chamados complexos agroindustriais (CAIs) que significou a integração técnica agricultura-indústria que tem como características a mudança da base técnica dos meios de produção através da utilização cada vez mais difundida de insumos industriais como fertilizantes, defensivos, sementes modificadas, de máquinas industriais como tratores, colheitadeiras, etc. (DELGADO, 2001). Segundo Mattei e Andrade (2017), a modernização da agricultura brasileira a partir de então se deu em torno dessa relação entre as cadeias agroindustriais, grandes propriedades fundiárias e o Estado. Um exemplo dessa relação é a implementação do Sistema Nacional de Crédito, que, a partir de 1965, passou a subsidiar essa integração técnica entre agricultura e indústria.

Em fins da década de 1980 e início da década de 1990 houve um aprofundamento dessas relações através da tríplice aliança entre latifúndio-agronegócio-Estado que, constitui, no contexto neoliberal, um importante agente perpetuador da pobreza, ao criar “condições técnicas, políticas e socioeconômicas para a manutenção e/ou aumento da concentração de terras e de outras formas de riqueza em poucas mãos” (CAMPOS, 2011, p. 21). Ou seja, a concentração de terras no formato do grande latifúndio não é uma novidade trazida pelo neoliberalismo, na forma do agronegócio. A sociedade brasileira está assentada no latifúndio desde o século XVI quando da invasão dos portugueses. Ao estabelecer essa tríplice aliança, Campos (2011) afirma que é sobre as bases do latifúndio, raiz da pobreza e da desigualdade características da sociedade brasileira, que o agronegócio se desenvolve. Assim, se a modernização da agricultura dos anos 1970 e 1980 significou uma elevação da composição orgânica do capital e um aprofundamento da integração com os mercados mundiais através da busca pela maximização dos lucros, é a partir dos anos 1990 que

(...) o agronegócio se torna uma realidade no conjunto do país, transformando a paisagem, impondo um novo tempo e uma nova dinâmica socioespacial tanto no meio urbano, quanto nas áreas rurais dos municípios em que se territorializa. Por isso, no caso do Brasil, não há como dissociar agronegócio das políticas neoliberais que criam as condições econômicas e geopolíticas para a sua expansão em múltiplas escalas geográficas, desde a local até a global (CAMPOS, 2011, p. 22).

Essa consolidação do agronegócio tem como fundamental o papel do Estado. Conforme destaca Harvey (2008), o papel do Estado no neoliberalismo é o de garantir as condições para a livre circulação de capitais. No caso do campo brasileiro, o Estado atua fornecendo financiamento, através da realização direta de investimentos em infraestrutura de transporte e energia, na flexibilização de legislações trabalhistas e ambientais, isenção de impostos sobre produções destinadas para exportação, liberação do cultivo e comercialização de variedades transgênicas, fornecendo empréstimos subsidiados para grandes grupos do

agronegócio, além da concessão de créditos e renegociação de dívidas para os grandes e médios proprietários rurais, principalmente (CAMPOS, 2011).

Uma outra característica do neoliberalismo no campo é a atuação dos grandes conglomerados do agronegócio como a Cargill, a Bunge e a Monsanto, empresas que controlam desde o fornecimento de insumos para a produção até a produção e comercialização de alimentos, passando também pela exportação. Esses conglomerados geralmente não têm vínculos com os lugares onde ocorrem as produções, cujos preços são determinados pelo mercado internacional (CAMPOS, 2011). Ou seja, boa parte da produção interna é determinada pela demanda internacional por commodities e a integração dos produtores às grandes cadeias agroindustriais.

Além disso, destacamos também essa primarização da economia brasileira enquanto uma resposta à necessidade do capital internacional e da subordinação econômica do país em relação às economias centrais. Se, na década de 1970 o Brasil passou de exportador de produtos agrícolas para exportador de produtos agroindustrializados, isso vem mudando nos últimos anos. Desde a década de 1990, o Brasil tem se tornado cada vez mais dependente das importações de insumos, tornando a balança comercial referente a insumos e equipamentos agrícolas deficitária. Conforme apontam Miranda *et al* (2007) o principal fator de competitividade da agricultura brasileira continua sendo a ampla disponibilidade de terras, o que possibilita a expansão dos cultivos de forma rápida e com baixo custo. Como consequência desse processo, temos o desmatamento e a expulsão de grandes contingentes de mão-de-obra do campo, que, por conta da crescente mecanização do campo, vão se somar à mão-de-obra desempregada da cidade. Isso se deu com o incentivo à produção de *commodities*, que acarretou um aumento da área de plantio nas últimas décadas, principalmente de soja transgênica, tornando o Brasil um dos principais produtores do mundo. Importante destacar que a maior parte da destinação desse produto é para o mercado externo. Em 2020, por exemplo, tivemos uma produção de mais de 124 milhões de toneladas de soja. Dessas, 44,600 milhões de toneladas foram destinadas ao mercado interno, sendo 74,1 milhões de toneladas de soja em grãos, 74,1 milhões de toneladas de farelo de soja e 1,0 milhão de toneladas de soja em óleo exportadas (EMBRAPA, 2021).

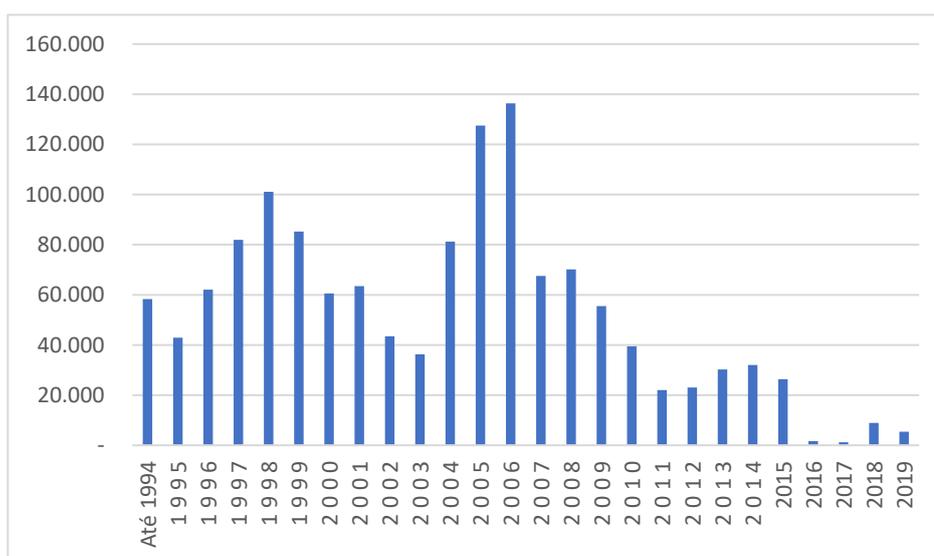
É possível perceber a continuidade dessa relação quando analisamos alguns dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o registro de agrotóxicos. Somente em 2021 já foram registrados 224 novos agrotóxicos para uso, sendo que média de registro anual, desde 2016, se mantém em mais de 400 novos agrotóxicos (MAPA, 2021). Além disso, dados do Ministério da Economia mostram que até a segunda semana de agosto de 2021 houve um crescimento de 36,5% na exportação do setor agropecuário, que somou 2,46 bilhões de dólares e um crescimento de 108,9% na Indústria Extrativista, somando 4,09 bilhões de dólares. Além disso, a soja continua sendo o principal produto de exportação, representando 18% de toda a exportação brasileira em 2021.

Diante dessas relações, que se expressam de forma contundente nas relações sociais de produção dos pequenos agricultores, percebemos uma dificuldade de manutenção da vida no campo. Nos últimos anos, há uma política cada vez mais forte de diminuição de incentivo à produção e comercialização que afeta

diretamente a renda das famílias de pequenos produtores. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foram alguns dos programas destinados para a agricultura familiar que sofreram cortes drásticos nos últimos anos. Nakatani, Faleiros e Vargas (2012) já apontavam para uma significativa redução do crédito para os assentamentos entre os anos de 2008 e 2011, que passou de 1,6 bilhão para 900 milhões, além da diminuição dos recursos para a obtenção de áreas destinadas para a reforma agrária, que passou de 1,92 milhões de reais em 2005 para 482 milhões de reais em 2011.

No contexto do governo Bolsonaro, enquanto parte da ofensiva ultraliberal, essa política de diminuição de recursos para a agricultura familiar e para a reforma agrária se tornou mais expressiva. Em 2021, cortes no Orçamento reduziram em 35% os repasses para a agricultura familiar. O Pronaf, por exemplo, sofreu um corte de 1,35 bilhão de reais no orçamento previsto pelo governo (SOPRANA, 2021). Isso impacta diretamente os pequenos produtores rurais, já que esse é um programa destinado para o custeio, implantação, ampliação ou modernização da produção, beneficiamento, agroindustrialização destinado para agricultura familiar (BNDES, 2021). Cortes no orçamento de programas como o PAA e o PNAE significam perda de renda para muitos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, embora houvesse previsão de queda do PIB de 5,0% para o ano de 2020, a expectativa para o mercado agropecuário e agroexportador foi de crescimento da colheita de produtos como a laranja, a soja e o milho. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada- Cepea (2020), os indicadores de grãos como a soja, o arroz, o milho e o café bateram recorde e a previsão é de aumento da produção de café, estabilidade na de milho e recorde na de soja. Além disso, cortes no orçamento para obtenção de áreas para a reforma agrária se expressam nos piores números de famílias assentadas nos últimos anos, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Número de famílias assentadas pelo INCRA – 1994 a 2019



Fonte: INCRA. <https://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 15/08/2021.

O número de famílias assentadas, que já havia diminuído desde 2007, teve uma queda brusca em 2016, situação que se manteve. Em 2016, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), somente 1.686 famílias foram assentadas, contra as 26.335 do ano anterior. Esses números se mantiveram e, em 2019, somente 5.428 famílias foram assentadas em áreas de reforma agrária no país. Além disso, a política adotada no governo anterior foi a titulação das terras fruto da Reforma Agrária através do programa Titula Brasil, com mais de 360 mil títulos entregues entre os anos de 2019 e 2022 (INCRA, 2022), no que podemos caracterizar como o esvaziamento da política de Reforma Agrária.

3. Outras experiências de produção enquanto tentativa de contraposição do neoliberalismo

Diante desse cenário de recrudescimento da ofensiva neoliberal no campo e tudo o que significa para a agricultura familiar atualmente, os camponeses e camponesas, organizados ou não em movimentos sociais, têm se articulado buscando a criação de alternativas de produção e comercialização. Nesse ponto, procuramos trazer algumas experiências que o MST vem desenvolvendo nos últimos anos. Um exemplo dessa articulação e que vem sendo colocada em prática é a produção de arroz orgânico dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Conforme afirma MARTINS (2017), diante da ofensiva neoliberal no campo, a busca por alternativas de produção se configura como um processo de resistência e é nesse sentido que entendemos a organização em torno dessa produção, que parte da construção, por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em torno da Reforma Agrária Popular⁴ e o estabelecimento de diretrizes e orientações sobre a organização da produção nos assentamentos de forma agroecológica.

São cerca de 352 famílias que, articuladas através do grupo Gestor do Arroz Agroecológico, que, na safra 2022/2023 estimam produzir uma safra de 16 mil toneladas em uma área de 3,2 mil hectares, se estabelecendo como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina pelo décimo ano consecutivo (MEDEIROS, 2023). O objetivo por trás dessa organização é o desenvolvimento de relações sociais e de produção que possam contrapor a hegemonia do agronegócio. Para isso, as famílias estão organizadas em torno de cooperativas de que cuidam de todo o processo, desde o manejo da água como forma de controle de plantas espontâneas, de insetos, doenças e a produção de sementes próprias. Eles também se organizam em torno do armazenamento e do processamento desse arroz, com silos e agroindústrias próprias. Além disso, possuem uma marca comercial própria, a Terra Livre (MARTINS, 2017).

Apesar de essa ser uma das experiências mais bem sucedidas de cooperação, envolvendo todas as etapas do processo de produção, o MST também vem desenvolvendo importantes experiências em torno

⁴ Reforma Agrária Popular é a proposta de reforma agrária desenvolvida pelo MST nos últimos anos. Sua proposta vai além da distribuição de terra, passando pela construção de vida digna no campo, pela preservação ambiental, por formas cooperadas de produção, pela produção de alimentos saudáveis, preservação das sementes crioulas, etc. Para maior aprofundamento ver MST, 2014.

da cooperação e da agroindustrialização em todas as regiões do país. Um exemplo é a agroindústria *As camponesas*, organizada por mulheres no assentamento Florestan Fernandes, no município de Guaçuí, no Espírito Santo, e que atua no beneficiamento de polpa de frutas produzidas pelas famílias do assentamento e dos arredores e está organizada em torno de uma associação criada pelos próprios assentados. A origem dessa agroindústria foi a auto-organização das mulheres em torno da produção, algo que historicamente tem predominância masculina (AMARAL, 2018).

Como alternativa para a comercialização e escoamento da produção foi criado, em 2016 o primeiro Armazém do campo, em São Paulo. Atualmente já são 23 lojas em 13 estados, com produtos orgânicos e agroecológicos de assentamentos e acampamentos de todo o país. Além de uma rede de lojas voltadas para a reforma agrária que visam atender a demanda por produtos industrializados e/ou in natura saudáveis, também é uma iniciativa que busca trazer visibilidade para a produção dos pequenos produtores organizados enquanto alternativa ao modelo do agronegócio. Além desses produtos, são comercializados nos armazéns livros sobre cultivo orgânico e agroecológico e são organizadas atividades culturais de apoio e divulgação da agricultura camponesa e da reforma agrária (RBA, 2021).

Além disso, outra experiência recente de organização do MST visando a criação de alternativas à hegemonia do agronegócio e a dificuldade de os pequenos agricultores acessarem crédito para a produção é o Finapop (Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis). Uma iniciativa criada a partir da parceria entre investidores e o MST na criação de uma linha de crédito que tem como objetivo o investimento em projetos de produção realizados por cooperativas da reforma agrária em todo o país a taxas mais baixas do que as aplicadas por bancos públicos e privados. O primeiro projeto do Finapop é o investimento de 1 milhão de reais na nova indústria de beneficiamento da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan) no Rio Grande do Sul (BERNARDES, 2020). Atualmente, estão organizando uma segunda operação para financiar o aprimoramento da cadeia produtiva e de distribuição de alimentos principalmente nas áreas de fruticultura, caprinocultura, ovinocapricultura, produção de mel, entre outras, na região nordeste (FURTADO, 2021).

Considerações finais

Apesar de a concentração de terras, da desigualdade e da precarização do trabalho não serem características novas da organização da sociedade brasileira, sob o neoliberalismo ganham outros contornos, mediados agora pelo aspecto financeirizado do capital. Nakatani e Marques (2020) apontam como a financeirização e a dominância do capital portador de juros influenciam a apropriação e modificam as relações sociais de produção, modificando a lógica de acumulação. Isso tem profundas consequências para a produção e reprodução do trabalho, afetando de forma particular o agrário brasileiro, onde a ofensiva neoliberal significa a perda de financiamento e de recursos para a pequena agricultura, ao passo que o investimento e o apoio Estatal ao agronegócio expressa uma retomada da primarização da economia com

foco na produção de *commodities* para o mercado externo. Diante disso, destacamos que esses aspectos se apresentam de forma particular no campo, com a expansão do neoliberalismo a partir dos anos 1990, no que consideramos, a partir de Campos (2011), no tripé Estado-latifúndio-agronegócio e a perpetuação da desigualdade e da pobreza.

Ao mesmo tempo, esse espraiamento do neoliberalismo não se dá sem resistência, a exemplo das experiências que vem sido desenvolvidas pelo MST ao longo de todo o território brasileiro visando superar a dependência dos pequenos produtores do Estado e da cadeia produtiva do agronegócio. A criação de cooperativas de produção voltadas para o beneficiamento de produtos, por exemplo, visa romper com os complexos agroindustriais (CAIs) criados com a modernização conservadora e aprofundados com o agronegócio, assim como a criação de um financiamento para a viabilização da produção agroecológica constitui a possibilidade de acesso a crédito por parte de agricultores familiares que de outra forma teriam muita dificuldade para acessar recursos via bancos privados ou públicos.

Referências

AMARAL, Maísa Maria Baptista Prates do. *Questão de Gênero e MST: os coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado. UFES/PPGPS, 2018.

BERNARDES, José Eduardo. *Finapop: MST ganha parceiros para revolucionar agricultura familiar no Brasil*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/18/finapop-mst-ganha-parceiros-para-revolucionar-agricultura-familiar-no-brasil/>. Acesso em 13/08/2021.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. Pronaf- Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 12/08/2021.

CAMPOS, Cristiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Cooperação Agrícola. In: CALDART, Roseli; et al. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 157-163.

INCRA. Dados da Reforma Agrária. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 15/08/2021.

INCRA. Titula Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil>. Acesso em: 14/04/2022.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, n. 18, p. 11-36, 2004.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

EMBRAPA. Dados econômicos do cultivo de soja. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 12/08/2021.

FONTES, Virgínia. *Tempos Atozes*. Textos de intervenção publicados no

blog *Esquerda Online*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/05/23/tempos-atozes-fios-historicos-da-dominacao-de-classes-no-brasil-e-contradicoes/>

FURTADO, Lays. Finapop mobiliza a captação de recursos para a agricultura camponesa nordestina. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/24/finapop-mobiliza-a-captacao-de-recursos-para-a-agricultura-camponesa-nordestina/>. Acesso em: 15/08/2021.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco Martins. *A produção agroecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: territórios de resistência ativa e emancipação*. Tese de doutorado. PPGG/IGEO/UFRGS, 2017.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Informações Técnicas sobre Agrotóxicos. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>. Acesso em: 15/08/2021.

ME. Ministério da Economia. Balança comercial preliminar do mês de agosto/2021. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html. Acesso em: 12/08/2021.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. *Semestre Económico*, v. 22(50), p. 87–106, mar. 2019.

MIRANDA, Ary Carvalho; MOREIRA, Josino Costa; CARVALHO, René de; PERES, Frederico. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. In: *Ciências & Saúde Coletiva*, nº 12 (1), p. 7-14, 2007.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Programa agrário do MST*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide Cesar. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. *Ser. Soc. Soc.*, nº 110, p. 213-240, abr./jun. 2012.

NAKATANI, Paulo, MARQUES, Rosa Maria. *Capitalismo em crise*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonia del agronegócio. IN: ALMEYRA, Guillermo; ET AL. *Capitalismo: tierra y poder em América Latina (1982-2012)*. MEXICO, D.F: Universidad Autonoma Metropolitana. p. 64-136.

MEDEIROS, Catiana de. *MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina*. MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>. Acesso em: 17/01/2021.

RBA. REDE BRASIL ATUAL. *Armazém do Campo completa cinco anos como alternativa de produtos e já tem 28 lojas em 13 estados*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/07/armazem-do-campo-completa-cinco-anos-como-alternativa-de-produtos-e-ja-tem-28-lojas-em-13-estados/>. Acesso em: 11/08/2021.